

Plantação de sobreiros e carvalhos divide opiniões

Especialistas criticam plano de gestão do Pinhal de Leiria

Maria Anabela Silva

anabela.silva@jornaldeleiria.pt

Um documento que “peca por tardio”, que levanta “dúvidas” quanto à estratégia e às opções e que “ignora” as recomendações da comunidade científica. Esta é a apreciação preliminar que os especialistas ouvidos pelo JORNAL DE LEIRIA fazem ao Plano de Gestão Florestal (PGF) da Mata Nacional de Leiria, que está em discussão até ao dia 1 de Fevereiro.

Ressalvando que os membros do Observatório Técnico Independente (OTI) para os incêndios, extinto em Junho de 2021, irão apresentar uma posição conjunta em sede de consulta pública, Francisco Rego, que coordenou o grupo, lamenta que a proposta de plano não preconize uma alteração ao modelo de governança do Pinhal, como propôs a sua equipa, que defendia um maior envolvimento do Município da Marinha Grande e de organizações privadas e científicas. “Esta questão é central. Foi uma recomendação forte do observatório, que não tem correspondência no plano”, alega.

Francisco Rego critica também o atraso na elaboração do documento. “Muitas das decisões que teriam de ser tomadas de forma mais enquadrada pouco tempo após do incêndio ficaram sem esse enquadramento”, aponta, considerando que a justificação dada pelo Governo, de que se esteve à espera do resultado da regeneração natural, “não colhe”. “Essa explicação faria sentido um ou dois anos após o incêndio.”

Por seu lado, Paulo Lucas, dirigente da associação ambientalista Zero, diz que não se compreende “a estratégia” das faixas de gestão de combustível previstas no PGF. No seu entender, “faltam faixas de contenção com folhosas na orla da Mata”, mantendo-se a zona de pinhal “muito próxima das habitações”.

O ambientalista critica também o facto de o plano “estar ainda muito focado no pontencial de produção de pinheiro”, considerando “pouco ambiciosa” a aposta em espécies “mais resilientes”, como o carvalho e o sobreiro, acompanhada do “devido investimento” para criar condições



RICARDO GRAÇA

Combate às invasoras é uma das apostas do plano. Especialistas pedem mais acção nesta área

Hoje, dia 20 Observatório do Pinhal reúne

Com o objectivo de analisar o Plano de Gestão Florestal (PGF) da Mata Nacional de Leiria, o presidente da Câmara da Marinha Grande convocou para esta quinta-feira, dia 20, uma reunião com elementos do Observatório do Pinhal do Rei. Entretanto, a autarquia, liderada por Aurélio Ferreira, está a apelar à participação dos cidadãos no processo de discussão pública do PGF, que decorre até 1 de Fevereiro. Trata-se de “um documento estratégico que irá nortear a recuperação e gestão da Mata Nacional nos próximos 16 anos”, frisa o município. A proposta de plano está disponível para consulta no site do ICNF, em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/publicacoes/em-curso/pgf-mata-nacional-leiria>. As sugestões podem ser apresentadas através do preenchimento da ficha de participação que se encontra naquele site, que deve ser enviada para o endereço drcnf.centro@icnf.pt.

para que pudessem florescer. Também Francisco Rego entende que “não é má ideia ter outras espécies” na MNL, frisando, contudo, que é preciso perceber “qual a extensão e modalidade”.

Posição oposta tem José Nunes André, geógrafo e membro do Observatório do Pinhal do Rei, para quem a aposta naquelas espécies é “uma péssima solução”. “Na maior parte da MNL o solo é pobre, ou até incipiente, e predomina o vento marítimo forte provocado pela ausência do pinhal destruído pelo incêndio de 2017. Estas características, que se acentuam nas zonas mais próximas do mar, não são propícias ao desenvolvimento de caducifólias, nomeadamente de sobreiros”, defende, sublinhando a necessidade de reforçar o combate às invasoras, como prevê o plano.

Esse apelo é também feito por Paulo Castro, presidente da Acrécimo - Associação de Promoção ao Investimento Florestal. “Quando mais tempo passar, maior será o esforço do combate às invasoras, que já era premente antes do incêndio”, diz o dirigente, que

remete uma apreciação mais global ao PGF para a posição que a organização irá apresentar na consulta pública.

Ex-membro do Observatório do Pinhal do Rei, Ricardo Vicente, candidato do Bloco de Esquerda à Assembleia da República, aponta “erros” à proposta de plano. Em comunicado, o engenheiro agrónomo lamenta que o documento inclua “mapas com planeamento de trabalhos para anos que já passaram: 2019, 2020 e 2021”, e critica o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas por “não está a seguir as recomendações da comissão científica” criada pelo Governo. “O ICNF produziu o plano de forma isolada para cumprir calendário. Além de atrasadas e insuficientes, as acções desenvolvidas na mata têm decorrido de forma avulsa”, acusa.

Na semana passada, em declarações ao JORNAL DE LEIRIA, o secretário de Estado das Florestas garantia, precisamente o contrário. “O documento bebe muito das orientações da comissão científica que tem acompanhado o Governo”, afirmava João Paulo Catarino.

Fátima-Ourém

Misericórdia investe três milhões de euros em novo edifício

A Santa Casa da Misericórdia Fátima-Ourém vai avançar este ano com a nova sede, uma obra de três milhões de euros. A provedora Fernanda Rosa avançou à agência Lusa que a instituição está a preparar o caderno de encargos, para lançar o concurso público até Março. O objectivo é que o novo edifício-sede possa ser inaugurado “no final de 2023”.

As instalações serão construídas na localidade de Moimento, num terreno de 4.000 metros quadrados comprado à Junta de Freguesia de Fátima pelo valor simbólico de 70 euros. “O projecto está aprovado pela câmara há quase um ano e, em Junho do ano passado, estávamos em condições de levantar a licença. Pedimos um adiamento por questões financeiras”, explicou a provedora.

Fernanda Rosa esclareceu que a Misericórdia aguardava o resultado da candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) - 3ª Geração, que apoiará a obra em 1,1 milhões de euros. A verba restante será obtida com recurso à banca, além de que “o Município de Ourém já garantiu apoio financeiro até ao máximo de 250 mil euros”.

“Apesar de não termos garantidos os três milhões de euros, vamos avançar, esperando que a comunidade, de alguma forma, se envolva neste projecto”, realça a provedora.

Também a Misericórdia de Leiria viu aprovada a candidatura ao PARES para a requalificação do Lar Nossa Senhora da Encarnação. Uma obra “absolutamente necessária”, diz o provedor Carlos Poço, que espera que os procedimentos concursais fiquem concluídos dentro de seis meses, para que seja possível dar início à empreitada.

Tutela não dá informação

O JORNAL DE LEIRIA pediu, há mais de um mês, informação ao Instituto de Segurança Social sobre o resultado das candidaturas das instituições da região ao PARES - 3ª Geração, mas esta entidade nunca respondeu ao pedido, apesar da insistência. Face à ausência de resposta, os dados foram solicitados ao Ministério do Trabalho e da Segurança Social, que também não os facultou nem deu qualquer justificação sobre o assunto.